

UGT quer que referencial para aumentos no privado seja revisto para 6,3%

Acordo de rendimentos prevê referencial de 5,1% para aumentos no privado, mas a inflação ficou acima do previsto. UGT e Comércio estão abertos à revisão. Governo não fecha a porta. CIP diz que é cedo.

ISABEL PATRÍCIO
ipatricio@medianove.com

O Governo decidiu dar aumentos salariais adicionais aos funcionários públicos e rever, assim, o acordo que tinha assinado em outubro. Não parece, contudo, inclinado a fazer o mesmo quanto ao entendimento celebrado para o privado: a ministra do Trabalho não fecha a porta, mas realça que só se passaram dois meses, tempo que não é, diz, suficiente para uma "avaliação integral". A UGT não tem, contudo, dúvidas de que é mesmo preciso atualizar o referencial para os aumentos salariais que ficou previsto e defende que a orientação para o privado deveria seguir o aumento anunciado para a massa salarial na Função Pública: 6,3%.

Já entre os patrões, enquanto a Confederação Empresarial de Portugal (CIP) atira que ainda é cedo para reavaliar o acordo, a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) diz-se aberta à negociação, ainda que avise que, a acontecer essa revisão, não poderá visar apenas os salários.

Depois de vários meses de discussão, o Governo assinou em outubro com as confederações patronais e a UGT um acordo de médio prazo com vista à melhoria dos rendimentos da competitividade, do qual consta, por exemplo, um referencial de 5,1% para os aumentos salariais no privado. Esse documento prevê, contudo, que as medidas aí contidas podem vir a ser revistas "sempre que ocorra uma alteração substancial das condições económicas e sociais" que lhes estão subjacentes. Ora, já está confirmado que em 2022 a inflação ficou em 7,8%, acima do previsto, pelo que o Governo anunciou na semana passada que os funcionários públicos terão aumentos adicionais, que somam aos aplicados em janeiro. A massa salarial no Estado vai subir, assim, 6,3%, acima do tal referencial.

"Não é só a inflação de 2022 que nos preocupa. Acontece que o Banco de Portugal já prevê 5,5% de inflação para 2023 e o próprio Governo já corrigiu o referencial de aumento na administração pública para 6,3% em vez de 5,1%", sublinha a UGT, em declarações ao Jornal Económico (JE). "No sector privado, houve, em alguns casos, acordos superiores até a 6,3%, mas noutros não. O referencial deveria ser ajustado para os 6,3%", defende a central sindical liderada por Mário Mourão.



Cristina Bernardes

Acordo de rendimentos prevê referencial de 5,1% para aumento dos salários no privado. Já na Administração Pública, o Governo vai reforçar aumentos: massa salarial sobe em 6,3%

aquém" da inflação. "Há uma desadequação completa e total do acordo", defende a dirigente.

Voltar a aumentar o salário mínimo?

O acordo celebrado em outubro na Concertação Social determina ainda a trajetória do salário mínimo nacional. Este ano, o ordenado mínimo subiu de 705 euros para 760 euros, ou seja, 7,8%, o mesmo que a inflação de 2022. Questionado sobre um aumento intercalar, o Governo remeteu para os "mecanismos próprios" do acordo.

Já a CCP diz que é arriscado. "A falta de mão-de-obra que continua a existir conduzirá a salários mais elevados nos sectores que tenham condições para o fazer. No entanto, importa ter presente que o contexto continua muito incerto, principalmente para sectores muito dependentes do mercado interno, aconselhando prudência neste tipo de decisões", diz a confederação liderada por João Vieira Lopes ao JE.

Por sua vez, a UGT assegura que o salário mínimo será "uma matéria em discussão", se o acordo vier mesmo a ser revisto. A central sindical deixa ainda um alerta, em remate: as medidas previstas para as empresas continuam a ser adequadas e o Governo tarda a aplicar a taxa de rotatividade, que prevê a penalização daquelas que recorram em excesso à contratação a termo. Esta foi uma das medidas desenhadas em 2019 para combater a precariedade. Falta regulamentação. ■

Do lado dos patrões, ao Jornal Económico, a CCP diz que está sempre disposta a "avaliar a evolução da situação económica e social, se algum dos parceiros o solicitar". Mas deixa um alerta: "eventuais alterações ao acordo terão de incluir uma nova discussão de fundo sobre outros temas como a organização do tempo de trabalho e não restringir-se à evolução salarial". Já a CIP diz que não há, para já, necessidade de rever o acordo.

"No tempo certo faremos essa revisão, eventualmente mais para o final do ano", declarou António Saraiva, à saída da reunião da Concertação Social em que participou como líder da confederação.

E da parte da CAP, chega o comentário de que o sector atravessa um período difícil. "Os elevados níveis de inflação afetaram o preço final dos produtos, mas, ainda mais, os consumos intermédios do sector agrícola. Esta gravosa situa-

ção é ainda amplificada pelas enormes restrições causadas pela Guerra na Ucrânia e a total inércia do atual Ministério da Agricultura", alerta a direção da confederação, em declarações ao JE. Já a Confederação do Turismo de Portugal (CTP) não respondeu até ao fecho desta edição.

Por sua vez, a CGTP, pela voz de Ana Pires, sublinha que ficou de fora deste acordo porque, já na sua raiz, ficava "extraordinariamente